

## A troika, as golden shares e a economia política da UE

### Author(s):

[Mariana Santos](#) <sup>[1]</sup>

### Show Author Info?:

0

Há coisa de um ano corria a novela PT-Vivo-Telefónica, que teria (parte) do seu desenlace na decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia. «O facto do Tribunal de Justiça ter dito que a Comissão estava certa [ao criticar a golden share do Estado na PT], é claro uma coisa que nos agrada, mas agora veremos como implementar a decisão», disse, na altura, um satisfeitíssimo Durão Barroso. Este mês, o memorando de entendimento assinado com a troika em troca do resgate financeiro a Portugal vem dar resposta a essa pergunta, bem como a tantos outros clamores ultraliberais da governação europeia.

Resumidamente, e para recordar, em causa estava mais ou menos isto: em Junho do ano passado, o Estado português recorria à golden share (direitos especiais) na PT para vetar a compra, por parte da Telefónica, dos 50 por cento que a operadora detinha na Vivo, apesar de a maioria dos accionistas da PT ter votado favoravelmente este negócio.

As ofertas avançadas pela operadora espanhola prometiam um encaixe de capital de facto aliciante para os accionistas; mas abdicar da posição na Vivo seria renunciar a uma vantagem estratégica no promissor mercado de telecomunicações da América Latina. Perante isto, o Estado utilizou a golden share para vetar uma decisão da Assembleia-geral de accionistas. Isto tem um conteúdo de economia política que importa desbloquear.

As golden shares servem para que o Estado possa vetar decisões que considere comprometerem interesses estratégicos do país. A economia política da golden share diz-nos o seguinte: que o interesse colectivo (concretizado na figura do Estado) deve ter mecanismos para se sobrepôr ao interesse do capital privado, para orientação colectivamente deliberada da economia.

Mas não é esta a economia política que informa os Tratados da União Europeia; ela é, aliás, alvo de pressões por parte da configuração europeia. Particularmente em duas frentes.

O papel do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) no aprofundamento não democraticamente construído da integração europeia tem passado relativamente despercebido, mas tem efeitos práticos por dois motivos: i) porque detém a *exclusividade* da interpretação dos Tratados, ii) porque as decisões fruto dessas interpretações têm *supremacia* sobre decisões a nível nacional.

Voltando ao caso PT-Vivo-Telefonica, em Julho passado, o TJUE concluía que a detenção de

golden shares por parte do Estado português na PT correspondia a "uma restrição não justificada à livre circulação de capitais". O que a decisão do TJUE significa, o que a sua economia política nos diz é isto: o "interesse nacional" é sempre incerto e variável de país para país e a livre circulação de capitais exige que essas descontinuidades não representem custos para os investidores "o interesse do investidor privado deve ser resguardado da intervenção política.

Esta economia política liberal, contida na interpretação exclusiva dos Tratados por parte do TJUE, *impõe-se* às economias políticas democraticamente construídas nos vários países, por via da doutrina da sua supremacia (ela própria, de resto, instituída por construção judicial).

A par deste activismo judiciário e integração pela lei operados pelo TJUE, outro factor que converge na implementação não democrática de uma economia política liberal na UE é a configuração da União Económica e Monetária (UEM).

O corolário da sua ausência de mecanismos de correcção de assimetrias internas "orçamento (digno desse nome) e dívida europeus" são, respectivamente, o espalhamento austeritário do Pacto de Estabilidade e Crescimento e intervenções externas a troco de agendas não sufragadas de privatização das economias.

O primeiro já há anos que nos vem "habitando" ao recuo do Estado Social e ao enfraquecimento da coordenação colectiva da economia através da presença do Estado em sectores estratégicos; o segundo é o ultimato, é a derradeira chantagem.

Se em Julho passado, o TJUE decidia contra a detenção de golden shares por parte do Estado na PT, o memorando de entendimento assinado com a troika este mês veio dar resposta cabal ao «agora veremos como implementar a decisão» de Durão Barroso. E, já agora, aproveitar e estender a coisa: até Julho, deverão ser extintas todas golden shares do Estado nas empresas cotadas (incluindo, portanto, também a EDP).

A opção pelo mecanismo de resgate FEEF-FMI, em vez de outras hipóteses como a emissão de dívida europeia, não é, portanto, politicamente neutra. Com os seus memorandos de entendimento, ela completa uma combinatória institucional engatilhada, a vários níveis, para produzir pressão no sentido da privatização e liberalização das economias: o TJUE como intérprete exclusivo dos Tratados, com supremacia sobre as decisões nacionais (judiciais e parlamentares), e a troika executora da agenda neoliberal da UEM, com supremacia sobre as deliberações democráticas.

## **Sumário da Home:**

A opção pelo mecanismo de resgate FEEF-FMI, em vez de outras hipóteses como a emissão de dívida europeia, não é politicamente neutra. Ela completa uma combinatória institucional engatilhada para produzir pressão no sentido da privatização e liberalização das economias.

## **Lead:**

A opção pelo mecanismo de resgate FEEF-FMI, em vez de outras hipóteses como a emissão de dívida europeia, não é politicamente neutra. Ela completa uma combinatória institucional engatilhada para produzir pressão no sentido da privatização e liberalização das economias.

## **Sobre o/a autor(a):**

- Biblioteca

- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

---

**URL de origem:** <http://www.esquerda.net/opinioao/troika-golden-shares-e-economia-pol%C3%ADtica-da-ue?page=0>

**Ligações:**

[1] <http://www.esquerda.net/autor/mariana-santos>